

ESCOLA DE COMANDO E ESTADO-MAIOR DO EXÉRCITO

**CURSO DE PREPARAÇÃO AOS CURSOS DE ALTOS ESTUDOS
MILITARES E EQUIVALENTES – CP/CAEM**

HISTÓRIA MILITAR

**EVOLUÇÃO DO PENSAMENTO MILITAR E TEORIA DA
ARTE DA GUERRA (DO SÉCULO XV AOS DIAS
ATUAIS)**

(ASSUNTOS 1, 2 e 3)



RIO DE JANEIRO - 2022

COMPETÊNCIA PRINCIPAL:

Participar dos processos seletivos de oficiais superiores para o prosseguimento da carreira.

UNIDADES DE COMPETÊNCIA:

Formular soluções para problemas que envolvam aspectos históricos do Brasil e do mundo.

ELEMENTO DE COMPETÊNCIA:

- Analisar os principais fatos que marcaram a história do Brasil e do mundo contemporâneo.
- Apresentar estudos geo-históricos com bases geopolíticas e estratégicas.

CONTEÚDO:

- Evolução do pensamento militar e teoria da arte da guerra (do século XV aos dias atuais)

ASSUNTOS**1. O PENSAMENTO MILITAR**

- a. Maquiavel
- b. Clausewitz
- c. Jomini
- d. Keegan

2. TEORIA DA GUERRA

- a. A Natureza e as Características dos Conflitos
- b. Fundamentos da Arte da Guerra
- c. Princípios de Guerra (nível estratégico)

3. HISTÓRIA MILITAR E ESTRATÉGIA

- Estratégia Militar

PADRÃO DE DESEMPENHO:

Interpretar as contribuições dos grandes pensadores militares, da Teoria da Guerra e do papel da História Militar e da Estratégia, de acordo com as fontes de consulta das Referências, para explicar a evolução do pensamento militar e Teoria da Arte da Guerra, entre o Século XV e os dias atuais.

ÍNDICE

| ASSUNTOS | PG |
|---------------------------------------|-----------|
| 1. O PENSAMENTO MILITAR..... | 5 |
| 2. TEORIA DA GUERRA..... | 24 |
| 3. HISTÓRIA MILITAR E ESTRATÉGIA..... | 30 |
| REFERÊNCIAS..... | 34 |

1. O PENSAMENTO MILITAR

a. Maquiavel

Dados Biográficos

Nasceu em Florença, na Itália, em 1469, em pleno início do Renascimento. Ingressou no serviço público como escrivão e foi secretário de Chancelaria da República Florentina. Daí ser citado também como o Secretário Florentino.

Desempenhou o papel de encarregado de missões no estrangeiro, o que lhe permitiu, graças à sua inteligência aguda e ao seu poder de observação, angariar experiência sobre as relações entre os povos.

São de sua autoria os trabalhos “Modo Che Tenne Il Duca Valentino Per Ammazar Vitellozzo Vitelli”, “Discorso Sulla Provisone Del Danaro”, “Decennali”, “Ritratti Delle Cose di Francia”, a comédia “Le Maschere” e “O Príncipe”, escrito quando no exílio, em 1512, por ter sido banido com a queda do regime republicano de Florença. Até 1527, quando veio a falecer, publicou ainda os trabalhos “Discorsi Sopra La Prima Deca Di Tito Lívio”, “Arte Della Guerra”, “Vita Di Castruccio”, “La Mandragora”, “Belgafor” e “Historie Fiorentine”, para alguns, esta última a sua melhor obra.

Foi por duas vezes embaixador à Corte de Roma e por três vezes à de França.

Síntese do pensamento político-estratégico

O pensamento político-estratégico de Maquiavel pode ser sintetizado em quatro premissas básicas:

- 1) O fortalecimento do Estado;
- 2) Definição clara de objetivos;
- 3) Aplicação violenta e inescrupulosa dos meios; e
- 4) Aplicação dos meios, subordinada à vontade do Estado.

Ao afirmar que “nenhuma Província pode estar segura e feliz a menos que faça parte de uma República ou de um Reino”, Maquiavel preconizava a criação do Estado-Nação, como forma de conjugar esforços, aumentando o Poder do Estado, através da mobilização das mentes na busca de objetivos realmente nacionais, justificando sua teoria pela necessidade que o Estado tem de se expandir e desenvolver sob pena de arruinar-se. Na busca do fortalecimento do Estado, não escondia sua preferência pelo absolutismo e afirmava ser o Estado, “um fim em si mesmo”.

Fortalecido o Estado e a vontade política, o governante tinha como obrigação, na visão de Maquiavel, “manter o poder e a segurança do país”, não devendo hesitar em adotar qualquer meio para atingir o seu objetivo. Maquiavel preconizava a relação de dependência e subordinação do “como fazer” ao “o que fazer” e, sobretudo da vontade política de fazer, deixando clara a importância da definição, a priori, do objetivo político, considerando-o o farol a indicar os rumos das ações subsequentes. Sem dúvida estava definida a Política como hoje a interpretamos - definidora de rumos e estipuladora de objetivos a nível nacional.

O senso estratégico de Maquiavel se manifesta quando ele trata da aplicação do Poder do Estado para atingir os objetivos definidos, os propósitos do Estado. No que tange ao Poder Militar e à Guerra, considerava-os de forma abrangente e como fator decisivo na configuração da Política, usando-a como meio para atingir o fim, o que fica claro quando afirma: “deve-se fazer a guerra para garantir a paz e nunca perturbar a paz para ter a guerra”.

Pregava Maquiavel que, coerente com o sentido de Estado-Nação, o exército tinha que estar imbuído do seu caráter nacional, criando o sentimento de Nação Armada, apta a defender-se das ameaças e aplicar a sua vontade para atingir seus propósitos, mudando o relacionamento desta com a Política do Estado. Entendia, portanto, a guerra como responsabilidade do Estado na garantia da sua integridade e soberania, para o que preconizava não a aplicação dos meios existentes, mas dos necessários à sua eficácia e consecução da vitória, sem regras fixas ou códigos preestabelecidos. Justificando, citava o rei da França: “Examinando as vitórias e as derrotas do rei da França, vereis que ele venceu os italianos e os espanhóis, cujos exércitos eram semelhantes aos seus. Mas agora que ele tem estado lutando contra nações armadas, como os suíços e os ingleses, só tem perdido, e está o perigo de logo não ter mais o que perder”.

Mas é na forma de aplicar os meios que Maquiavel se caracteriza como estrategista determinado, resoluto e implacável, ao afirmar que “um príncipe deve ser raposa para conhecer os laços e armadilhas e leão para aterrorizar os lobos” ou “em política se devem ter mais em conta os resultados em si, do que os meios pelos quais eles foram obtidos” ou, ainda, “é a vitória e não o método de logrã-la, que confere glória ao vencedor”. Com esses pensamentos, Maquiavel definia a perseguição e consecução dos objetivos, sem preocupar-se com o lado ético da questão, já que nenhuma lei moral podia limitar a autoridade do governante. O soberano precisava ter duas caras e mostrar aquela mais apropriada à ocasião, pois: “os homens são tão simplórios, e se deixam de tal forma dominar pelas necessidades do momento, que aquele que saiba enganar achará sempre

quem se deixa enganar”.

Embora despreocupado com ética ou moral, Maquiavel preconizava o ajustamento permanente entre a ação desenvolvida e os desígnios do Estado, fazendo da estratégia o instrumento da política para o atingimento do fim por ela proposto.

Como conclusão pode-se dizer que Maquiavel, subvertendo a ordem político-social da época pregava a criação do Estado-Nação como fonte do poder, o Exército Nacional como instrumento da ação estratégica, subordinando-o à vontade política da nação e aplicando esse poder para a consecução dos objetivos nacionais de forma total.

Quanto à validade do pensamento maquiavélico, a conquista e a preservação do poder não podem justificar a conduta política, que deve se submeter à ética e ao direito. Aí reside uma das maiores falhas de Maquiavel, por não aceitar o substrato ético transcendente, por tornar a moral, a religião e o direito escravos do Estado, cuja razão de ser, para ele, é a própria existência e expansão.

b. Clausewitz

Carl Phillip Gottlieb von Clausewitz nasceu em 1780, na Prússia, de uma família de baixa nobreza. Aos doze anos, já se encontrava em serviço militar, lutando nos conflitos que abalaram a Europa em fins do século XVIII: as Guerras Napoleônicas. Tal experiência marcaria sua vida e seus escritos, de maneira que o estimulariam a escrever sua percepção da teoria da guerra.

Clausewitz teve uma carreira profícua, se formando como o primeiro da turma na academia militar prussiana, onde, apesar da origem social, atraiu o olhar de figuras proeminentes do Reino da Prússia, sendo destacado para a educação militar de um dos príncipes do reino. Avanços posteriores o colocaram junto ao General Scharnhorst, que iria dirigir os esforços de reforma do Exército num futuro próximo.

Sua carreira prosseguiu com eventos como a Batalha de Jena-Auerstadt, em 1806, quando Napoleão esmagou o Exército prussiano, se tornando prisioneiro junto com o Príncipe Augusto, que comandava as forças e de quem era ajudante de ordens. Clausewitz se revoltou contra o estado de coisas, com a aliança de submissão da Prússia a França e abandonou o serviço militar da Prússia, seguindo para a Rússia, onde serviu entre 1812 e 1813.

Com a invasão da Rússia e o fracasso napoleônico, forçando a retirada francesa, Clausewitz retornou a Prússia, inclusive participando de negociações que criaram a nova coalizão contra a França. Assim, em 1813, recebeu a patente de coronel, sendo nomeado ajudante de ordens de Scharnhorst e lutando na campanha que expulsou Napoleão da

Prússia.

Com a volta de Napoleão nos “Cem Dias” em 1815, Clausewitz novamente seguiu para combatê-lo, desta vez como Chefe de Estado-Maior do Corpo prussiano que defendia a cidade de Wavre. Os prussianos enfrentaram forças muito superiores comandadas pelo Marechal Grouchy, que ficaram impossibilitadas de reforçar Napoleão em Waterloo, ao mesmo tempo em que protegeu a retaguarda das forças prussianas que avançaram para reforçar as tropas de Wellington em Waterloo.

Após as Guerras Napoleônicas, Clausewitz foi promovido a general e recebeu o cargo de diretor da Academia de Guerra da Prússia, que passava por uma reforma, se tornando a primeira escola de Estado-Maior do mundo. Dedicou-se a seus estudos e reflexões, escrevendo muito material para o livro que não conseguiu publicar, pois em 1830 foi designado chefe de Estado-Maior das tropas prussianas que estavam na fronteira com a Polônia, que sofria uma crise política e uma epidemia de cólera, que logo o vitimou em fins de 1831.

Sua obra, *Da Guerra*, acabou sendo organizada e publicada por sua viúva, Marie, em 1832. A princípio o livro não atraiu atenções, em especial, por causa da “barreira da língua”, ou seja, por estar em alemão. O livro só ganharia popularidade com a afirmação do General Von Moltke, Chefe do Estado-Maior do Exército prussiano na Guerra Franco-Prussiana, que tinha aprendido tudo o que sabia de guerra lendo Clausewitz. Seguiu-se então uma explosão de interesse em torno do livro.

Ao contrário de outros autores que tinham escrito sobre a guerra, Clausewitz não prometia fórmulas da vitória, ou métodos infalíveis de triunfar. O texto, denso e difícil de ser compreendido, era uma teoria da guerra, e não uma filosofia, como ainda hoje se tenta argumentar.

Para que funcionasse, a teoria de Clausewitz partia de algumas de suas conclusões, como a natureza política da guerra, sendo que ele não enxergava sentido em um conflito que não tivesse natureza política. O próprio conceito de guerra, um ato de força, presumia que a violência seria levada a níveis extremos, um conflito absoluto.

Clausewitz ressaltava a predominância da política inclusive como uma forma de controle da guerra, visto que em sua natureza, existe uma série de fatores como a assimetria entre ataque e defesa, a questão da dúvida, dos erros, do medo, do cansaço, dos acidentes, como outros.

Desta maneira, os escritos de Clausewitz têm grande força até os dias atuais, justamente pela atemporalidade de seus conceitos. Visou romper com interpretações racionalistas calcadas em ideias simplistas, e que reduziam os conflitos a meras questões formalistas ou ligadas a cálculos matemáticos, debatendo sobre a natureza da guerra, em como ela

realmente o é: um ato de força, ligado profundamente a dinâmicas político-sociais.

Nisto reside sua complexidade: não se trata de um livro complexo por si só, mas porque seu próprio objeto de estudo é essencialmente complexo. Afinal, a guerra é produto de um mundo difuso e dinâmico e assim, não pode ela fugir a isto.

c. Jomini

Introdução

Apesar da influência de Jomini na teoria militar, este nome só costuma ser familiar para os especialistas em História Militar, denotando a curiosa relação e grande disparidade entre sua influência e o desconhecimento geral que temos dela. Jomini se enquadra no salto qualitativo do pensamento militar no século XIX, oriundo de duas vertentes, científica e histórica. Foi a partir deste período que se começou a pensar a guerra como uma pretensão de rigor científico, ao invés dos relatos de feitos passados ou proposições de reformas da tradição ocidental anterior.

Para entender o impacto e alcance da obra de Jomini, deve-se levar em conta a sua intenção tradicionalista e restauradora, a sua abordagem popularizante e reducionista, a sua longevidade pessoal e a sua vaidade.

Princípios de Guerra

O Barão Antoine-Henri Jomini (1779-1869) foi um grande estrategista militar de sua época, e ainda hoje é bastante estudado principalmente no que se refere a logística e aos seus “Princípios da Guerra”, os quais seriam:

- Objetivo;
- Ofensiva;
- Cooperação;
- Concentração de força;
- Economia de força;
- Manobra, surpresa e dissimulação;
- Segurança; e
- Simplicidade.

Jomini entendia que o mundo militar era expressão da vontade articulada de um grande líder, e que a vitória era possível a qualquer um com esta grandeza, desde que suas ações fossem apoiadas nestes princípios.

De nacionalidade suíça, contemporâneo de Napoleão e Clausewitz, pode ser considerado

produto da Revolução Francesa de 1789. Durante a Revolução de 1789 na Suíça, abandonou uma carreira de banqueiro e começou a tratar das lides militares.

Apresentou uma abordagem geral para o problema da Guerra, abstraindo-a de seu contexto social e político, enfatizando as regras para a tomada de decisões, equiparando-a a um enorme jogo de xadrez.

A grande contribuição de Jomini foi seu esforço em responder à pergunta de como os exércitos revolucionários franceses de 1789 em diante destruíram a coalizão antifrancesa, começaram a transformar a estrutura política da Europa e alçaram um de seus líderes para o poder supremo na própria França – Napoleão Bonaparte. A teoria jominiana era centrada em um conjunto de axiomas quase inalterados, sendo que essas idéias foram expostas pela primeira vez em 1803 e afirmavam que:

- *A Estratégia é o elemento-chave da guerra;*
- *Toda estratégia é controlada por princípios científicos imutáveis (universais); e*
- *Todos estes princípios prescrevem a AÇÃO OFENSIVA, de FORÇAS EMASSADAS, contra forças mais fracas, em algum PONTO DECISIVO, para que a estratégia conduza à vitória.*

Apesar de aparentemente simples, o estudo de como estes conceitos foram formulados e postulados nos permite certa compreensão dos preceitos estratégicos envolvidos.

De uma tradicional família suíça, Jomini voltou da França revolucionária ao seu país com a notícia da Revolução Suíça, tendo sido secretário de um Ministro da Guerra, chegando a Capitão e *chef de batallion*. Em 1802 retornou a Paris, e dizia que foram as empreitadas napoleônicas na Itália (1796-97) que fizeram dele um teórico militar.

Jomini aponta seu débito intelectual com o General inglês Henry Lloyd, provavelmente adquiridas da leitura de *Military Memories* (1781), onde Lloyd apresenta um estudo sistemático da guerra e seus princípios fundamentais, alertando que a arte da Guerra se fundamenta em “princípios certos e fixos que, por sua própria natureza, não variam...”, conceitos estes apropriados por Jomini.

Em Lloyd, Jomini encontra uma expressão específica de seu “ideal” de guerra como ciência, retirada do apelo daquele ao Iluminismo. Do estudo de uma de suas obras, Jomini retiraria sua visão dos princípios imutáveis da guerra e sua aplicação e a conclusão de que Napoleão ser melhor estrategista do que Frederico da Prússia.

Seu primeiro livro, *Treatise on Major Military Operations of the Seven Year's War*, apresentou estes e outros aspectos nos dois primeiros volumes, de 1805.

Em 1813 deixou o exército francês e ingressou no russo, tendo ampliado seu livro para seis volumes, publicando os próximos dois em 1816. Como Oficial de estado-maior de Napoleão alcançou o Posto de General de Brigada.

Com diversas publicações até sua morte em 1869, seu livro mais famoso foi *Analysis of the Art of War*, publicado posteriormente em edição expandida como *Summary of the Art of War*. Nele, mostrou ter lido *On War*, de Clausewitz, tendo ficado impressionado e revendo alguns de seus próprios conceitos.

A ênfase de Jomini é de que seu livro não trata de guerra, mas da “arte da guerra”, por esta contemplar princípios imutáveis válidos tanto para César quanto para Napoleão.

Um destes era o princípio da manobra de massa de um exército para ameaçar “pontos decisivos” num teatro de guerra, seguido do arremesso de todas as forças disponíveis contra uma fração da força inimiga que defende tais pontos. Este ponto decisivo, segundo Jomini, é aquele que capturado ou atacado colocaria em perigo ou enfraqueceria seriamente o inimigo.

Usando casos históricos e seus princípios, Jomini insistia que por baixo das caóticas mudanças da guerra moderna existia uma UNIVERSALIDADE ESTRATÉGICA.

Jomini não foi um estrategista de poltrona, mas um veterano de muitas campanhas, extraordinariamente posicionado para observar uma década de guerras intensas na superfície de toda a Europa. Entretanto, carregava grandes frustrações devido a não ter assumido um Grande Comando, em virtude talvez de seu temperamento difícil o qual angariou alguns desafetos que lhe barraram o comissionamento diversas vezes.

Em grande parte, Jomini via a guerra em termos pessoais e heróicos, controlada pelo comandante e mestre, o que não deixa de ser um reflexo da estética de comando napoleônica, podendo-se dizer que buscou uma ciência de comando para a atuação do general.

Seus livros, neste contexto, seguem a antiga tradição da historiografia militar, a da saga dos reis-guerreiros, os quais, dotados de qualidades sobre-humanas, conduziram seus povos à vitória, embora o melhor dos seus escritos analíticos se situe acima desta espécie de historiografia militar.

Na sua época, as mudanças na arte da guerra levaram a preocupações da dissociação entre civis e militares, devido à profissionalização dos primeiros e uma possível alienação do Estado e da sociedade e dos receios destes aos controles externos que os civis queriam impor.

Em Jomini os militares encontraram bons argumentos contra a estrita subordinação à autoridade política.

Sua conclusão era de que um governo deveria selecionar seus comandantes militares mais hábeis e depois dar-lhes liberdade de ação segundo os princípios científicos da arte da guerra. Os governos não deviam negligenciar suas forças armadas, mas não deveriam se intrometer em matérias e assuntos especificamente militares.

Em seu conceito de estratégia, Jomini a aplicava a todos os níveis da ação militar que estivessem abaixo da decisão política de fazer a guerra, até, exclusive, o combate em si. Em cada um dos níveis, o comandante tem que decidir onde, quando e como movimentar suas forças para cumprir a missão e combater sob as melhores condições. E a maioria dos comandantes fazia escolhas erradas porque não entendia os princípios da estratégia, sintetizados muito sumariamente como a colocação de força superior para acossar num ponto onde o inimigo é tanto mais fraco como suscetível a um dano que o incapacite.

A História seria, então, tanto a fonte onde se colhia estes princípios como a confirmação e elucidação deles no mundo real da ação militar.

Em suas análises, o conceito estratégico de linhas de operações “interiores” recebeu maior cuidado. Está ligado à simples ideia de que se um dos contendores ocupa posição entre - “no interior” de – forças inimigas separadas, seria possível atacar, primeiro, parte da força inimiga, e depois, a outra, derrotando cada uma delas a seu turno, mesmo se o exército inimigo for superior.

Esta foi a forma mais específica e prática que Jomini deu ao seu princípio geral da força emassada contra alguma parte vulnerável do inimigo, despertando interesse entre militares que buscavam ideias estratégicas úteis, apesar de depender de cálculos exatos de tempo e espaço e da reação do inimigo.

Estas deficiências seriam compensadas pela grande capacidade dos comandantes, induzindo o inimigo, pelo que concebeu que a ciência da guerra seria sempre uma arte. A grande exceção ao princípio fundamental da massa e ação ofensiva sobre um único ponto seriam as guerras civis, religiosas ou nacionais, ou seja, as guerras de opinião, onde não existem exércitos regulares em ambos os lados, mas sim guerras nas quais povos inteiros estivessem ativos.

Não faria sentido emassar forças, pois não havia ponto decisivo para atacar; o inimigo estaria em todos os locais, atrás de uma cobertura de hostilidade popular que embaçava a visão do invasor. Estas seriam guerras “perigosas e deploráveis”, e disse pouco sobre as estratégias corretas para estas guerras, deixando a impressão que o melhor que se poderia fazer era evitar-se envolver em guerras civis ou nacionais.

Outro aspecto criticado em Jomini é o dogmatismo de que novas armas não alterariam os princípios da estratégia.

No final de sua vida, pareceu se ocupar mais com os aspectos políticos e psicológicos da guerra, possivelmente pela leitura de Clausewitz.

Mesmo assim, dentro das polêmicas repetitivas elencadas em seus livros, estão observações valiosas, ideias estimulantes e um argumento de estratégia que, dentro dos

limites de sua aplicabilidade, é seguramente correto.

A influência de Jomini durante e depois do século XIX são marcantes, tendo suas obras publicadas em inglês, alemão e russo. Traduções de suas obras foram usadas nas Academias Militares do Reino Unido e de West Point. Mesmo na Prússia pós- publicação de Clausewitz, Jomini era leitura entre os militares prussianos.

Jomini possuía grande lista de admiradores, e mesmo os seus críticos aceitavam sua abordagem da guerra, mas a partir de 1890 a sua influência deu um salto com o trabalho de Alfred Thayer Mahan. Como Jomini havia dado, ao contrário de Clausewitz, alguma importância à dimensão marítima da guerra, Mahan decidiu fazer para o “Poder Naval” o que Jomini fizera para a guerra terrestre, aplicando princípios similares que o levaram a ser considerado o correspondente marítimo de Jomini.

O prolongado interesse por Jomini, mesmo o posterior a 1914, tem por trás, sinteticamente, algumas percepções. Os efeitos causados pelas guerras napoleônicas no pensamento ocidental sob conflitos armados, sua natureza, potencial e método, posicionaram Jomini como intérprete autorizado da guerra napoleônica. Napoleão, disse Jomini, conseguiu vitórias rápidas e decisivas pela aplicação feroz de força militar concentrada contra pontos fracos e sensíveis.

O poder destrutivo da I GM alcançou também a teoria militar, abalando a crença em uma “ciência militar” devido aos fiascos da guerra de trincheiras, a partir de quando a reputação de Jomini começou a declinar. Ainda assim, o pós-guerra trouxe aspectos que vieram valorizar Jomini. As ideias de Liddel Hart, condenando a procura da Grande Batalha como responsável pela carnificina da I GM, apontaram-se criticamente para Clausewitz, e não para Jomini. Sua abordagem de manobra, abordagem indireta e ênfase na estratégia como conjunto de técnicas reviveram a abordagem didática, prescritiva e reducente de Jomini, que acabou refletindo no posterior desenvolvimento da *blitzkrieg*.

Outro conceito emergente e com claro vínculo com as concepções jominianas; porém mais duradouro a longo prazo; foi o de bombardeio estratégico. Na década de 1920, pioneiros teóricos do “poder aéreo” levaram para as aeronaves o que Mahan trouxe para os vasos de guerra. Coligiu desta forma a ideia de que as aeronaves assim como as belonaves deveriam atuar em massa contra o ponto decisivo.

Após 1945, fica mais difícil relacionar a influência direta de Jomini, porém os Princípios da Guerra continuam fazendo parte de documentos oficiais de todas as Forças Armadas, acendendo a questão de como e por que um modo de pensar sobre a guerra surgido do relato de Jomini sobre Napoleão não definhou com a tecnologia e métodos da era industrial. Ele não desapareceu porque continuou respondendo a uma necessidade premente e inevitável.

A ideia de que debaixo da aparente desordem da existência estão leis que regulam o universo, princípios passíveis de serem descobertos e entendidos, foi a característica marcante do Iluminismo do século XVIII, e a guerra foi a última atividade humana alcançada por esta visão. A ideia de que a violência da guerra, seria antiética a princípio dentro da concepção de um mundo racional, foi varrida do mundo com as campanhas de Frederico II e no avanço francês sobre a Europa.

As questões particulares de Jomini e suas peculiaridades e detalhes podem ter ficado restritos ao meio acadêmico, mas suas ideias básicas, mesmo quando não reconhecidas, sobreviveram.

d. Keegan

Histórico

Sir John Desmond Patrick Keegan nascido em Londres em 15 de maio de 1934 e falecido em 2 de agosto de 2012 foi um professor e historiador militar britânico. Ministrou durante longo período disciplinas relativas à cadeira de História Militar na Academia Militar de Sandhurst, destacando-se nas áreas de História Militar e Antropologia Militar. É autor de obras sobre assuntos relativos à guerra.

Filho de um soldado da Primeira Guerra Mundial, cresceu em meio à Segunda Guerra Mundial, numa região onde estavam estacionados contingentes que se preparavam para o desembarque na Normandia no Dia D. A experiência lhe marcaria profundamente, despertando o interesse pelos assuntos militares, no entanto, não pode servir em virtude de patologia que contraiu na infância.

A Guerra na História da Humanidade

“A guerra não é a continuação da política por outros meios”. John Keegan polemiza a definição clássica de Clausewitz, escrevendo que o que realmente está escrito é que a guerra era a “continuação das relações políticas” “com a entremistura de outros meios” se referindo ao original alemão onde expressa uma ideia mais complexa e sutil. Afirma Keegan que o pensamento de Clausewitz está incompleto pois ele considera a existência do Estado.

Contudo, segundo Keegan, a guerra precede o Estado. A guerra é quase tão antiga quanto o próprio homem, atingindo os lugares mais secretos do coração humano, onde a emoção é suprema. Afirma ainda Keegan que segundo Aristóteles o “homem é um animal político” e que Clausewitz, herdeiro de Aristóteles, disse apenas que um animal político é um animal que guerreia.

Para Keegan nem Aristóteles e nem Clausewitz ousaram enfrentar o pensamento de que

o homem é um animal que pensa, e que o intelecto dirige o impulso de caçar e a capacidade de matar. Para ele a cultura parece ser a grande determinante de como os seres humanos se comportam.

Os homens, portanto, são animais culturais e é a riqueza da cultura humana que permite aceitar a indiscutível potencialidade humana para a violência, embora também acredite que sua expressão é uma aberração.

A guerra civilizada se define por dois tipos, o pacifista e o “portador legal de armas”. O “portador legal de armas” sempre foi respeitado e o pacifista passou a ser valorizado nos dois mil anos da era cristã.

Reporta-se Keegan ao interlúdio entre Cristo (pacifista) e o Centurião “o portador legal de armas”, afirmando que os dois tipos podem encontrar espaço para coexistir às vezes lado a lado, como por exemplo o militar de saúde e o combatente, fruto da cultura ocidental onde se busca o compromisso a respeito da violência pública, desaprovando sua manifestação, mas legitimando seu uso.

A Guerra como Cultura

Keegan apresenta estudo sobre quatro povos distintos: os nativos da ilha de Páscoa, os Zulus, os Mamelucos e os Samurais, onde procura demonstrar que o impulso para fazer a guerra não depende da economia e da política na sua essência, mas das suas características culturais.

1) Os nativos da ilha de Páscoa.

Os nativos de Páscoa pertenciam à cultura polinésia, vivendo na Idade da Pedra do Pacífico Central, sendo uma civilização extraordinariamente aventureira, embora sem escrita, colonizou uma vasta área do Pacífico.

A sociedade era de estrutura teocrática, dava grande importância as qualidades guerreiras e o caso da ilha de Páscoa quando a sobrevivência da ilha foi posta em risco de dominação pela força tornou-se a regra levando a uma guerra endêmica que dizimou a população e a civilização da ilha, não por uma solução política mas por herança cultural, levando a cabo seu experimento mortífero de guerra total.

2) Os Zulus

No que se refere aos Zulus, ao contrário dos habitantes de Páscoa, foram levados pela revolução militar ocorrida em sua sociedade no início do século XIX a um confronto exagerado com a civilização ocidental.

São venerados como grandes guerreiros no percurso de sua ascensão como nação no início do século XIX até sua queda na guerra de 1879.

Embora fosse um povo polido e respeitador suas grandes querelas giravam em torno da disputa sobre o pastoreio, recurso essencial numa sociedade em que o gado era provavelmente muito importante. As batalhas tendiam a ser ritualizadas sob o olhar de jovens e velhos, começando com uma troca de insultos e terminando quando se provocassem baixas.

Existiam limites naturais e costumeiros no que se refere à violência: tendo em vista que os metais eram escassos, as armas eram feitas de madeira endurecida no fogo, atirada em vez de usada no corpo-a-corpo; e, se um guerreiro matasse seu oponente, estava obrigado a deixar o campo de batalha e submeter-se à purificação, caso contrário o espírito da vítima iria certamente trazer uma doença fatal para ele e sua família, denotando uma forte influência da cultura na forma de guerrear.

Mas esse estilo de guerrear foi substituído quando da ascensão de um chefe zulu que montou um exército de regimentos por idades selvagemmente disciplinados que travaram batalhas de aniquilação.

Esse imperialismo zulu teve consequentemente sua ascensão e queda, forçando o deslocamento de tribos, mas cedendo o seu espaço ao imperialismo europeu.

A cultura zulu, ao dar destaque aos valores guerreiros, ao ligar esses valores à preservação de uma economia pastoril e ao prender a energia e a imaginação dos membros mais dinâmicos da comunidade numa servidão militar estéril até bem depois da maturidade, negou a si mesma a chance de evoluir e adaptar-se ao mundo circundante.

3) Os Mamelucos

A servidão, de uma maneira mais intensa ou mais branda, é uma condição comum do serviço militar. Entre os zulus, ela chegou ao extremo.

Jovens não muçulmanos ao serem capturados, eram criados dentro da fé e treinados como soldados, sendo recrutados quase que exclusivamente nas fronteiras do islã. Um desses povos era os turcos que estavam em marcha para o ocidente.

Das qualidades apreciadas desses não muçulmanos estava o domínio do cavalo e das técnicas de guerra de montar. Porém tinham seus inconvenientes. Eram saqueadores insaciáveis, em reação à extrema simplicidade de suas vidas nas estepes, aceitando a escravidão militar como uma oportunidade de sobrevivência.

O califado abácida do Egito usou como ninguém esses escravos militares, fazendo-os soldados de um tipo muito especial.

Reclusos como noviços, vindo das estepes, em acampamentos monásticos, aprendiam primeiro o Corão e ao atingir a virilidade começavam a instrução em “furusiyya”, o sistema de montar, domínio do cavalo e uso de armas a cavalo, base da mestriamameluca no

campo de batalha.

Contudo, essa devoção à cultura da guerra de cavalaria significaria a sua ruína ao tomarem contato com novas formas de guerrear, caindo em decadência, sendo essa distorção cultural significado sua morte.

4) Os Samurais

Quase ao mesmo tempo em que os mamelucos eram derrotados pela pólvora, outra sociedade militar, no extremo oposto do mundo, assegurava sua sobrevivência desafiando diretamente as circunstâncias que a ameaçavam.

No século XVI, a classe dos espadachins japoneses viu-se diante do desafio das armas de fogo, postergando por 250 anos sua dominação social.

O Ocidente descobria o Japão no século XVI, comerciando, viajando, se industrializando, passando por revoluções políticas e expandindo sua cultura cristã ocidental o que confrontou a classe dos samurais.

Esses samurais constituíam, em termos simplificados, a classe nobre e feudal do Japão, devendo suas origens à insularidade do país e as subdivisões internas.

O “estilo” era essencial ao modo de vida dos samurais – estilo nos trajes, nas armaduras, nas armas e seu manejo no campo de batalha, não se diferenciando muito em relação aos cavaleiros da Idade Média da Europa Ocidental. Mas na perspectiva cultural as diferenças eram enormes, sendo os japoneses um povo letrado com uma cultura literária e filosófica altamente desenvolvida.

Rechaçaram notadamente o cristianismo como sendo um vetor de inserção da cultura ocidental no Japão, ao trazerem para o seu país canhões e armas de fogo, acompanhando a cruz.

Houve uma adaptação momentânea a essa novidade de guerrear. O domínio estabelecido por comandantes inovadores poderia ter assegurado o predomínio das armas de fogo, mas aconteceu exatamente ao contrário, vivendo 250 anos sem ela.

A distância e a reputação militar japonesa protegeu o país por longo tempo do assédio ocidental. A China não tinha nem marinha nem a intenção de invadir o Japão.

Embora internamente divididos por classes e facções, os japoneses formavam uma única unidade cultural. A pólvora, portanto, não era essencial para a segurança nacional, sendo irreconciliável com “ethos” do governo japonês. O xogunato Tokugawa era mais que uma instituição política: era um instrumento cultural.

O Japão dobrou-se ao Ocidente com a Revolução Meiji (1864) mas não deixou de manter seus laços com o seu passado cultural, demonstrando tão bem como a guerra pode ser, entre muitas coisas, a perpetuação de uma cultura.

O Ocidente presenciaria quase um século depois a saga dos camicazes do Império do Sol Nascente em seu modo de fazer a guerra.

Limitações à guerra

A cultura da guerra sofre limitações de fatores permanentes e contingentes. Como permanentes o tempo, o clima, as estações, o terreno e a vegetação que sempre afetaram e inibiram e às vezes proibiram totalmente as operações. Como contingentes incluem-se as dificuldades de suprimento, de aprovisionamento, de aquartelamento e equipamento, que limitaram o alcance, a intensidade e a duração da guerra em muitos períodos da história da humanidade. A guerra naval ilustra bem o efeito de ambos os fatores.

Da mesma forma, a maior parte das terras do globo não possui história militar. Tundra, deserto, floresta tropical e as grandes cordilheiras são tão inóspitas para viajantes como para soldados. No total, cerca de 70% dos 150 milhões de quilômetros quadrados de terra firme do mundo são altos, frios ou secos demais para a realização de operações militares a não ser para operadores extremamente capacitados e caros demais. Algumas das grandes batalhas da história militar ocorreram bem próximas no espaço e distanciadas no tempo.

O conceito de fronteira se tornou ao longo do tempo um fator importante para o desenrolar de uma guerra posto que o “Front” é um termo que definia o último posto militar que delimitava um império do outro, uma civilização da outra. Essas fronteiras quando fortificadas serviam de defesas contra-ataques inimigos.

Se a história da guerra é tão antiga quanto a do homem, considerando fatores permanentes e contingentes e o conceito de fronteira deve-se também acrescentar a limitação também importante: trata-se de uma atividade inteiramente masculina, pois as mulheres não lutam entre si, embora lutem com os homens.

Pedra

1) Luta e Cooperação

A dicotomia entre luta e cooperação está na origem das relações humanas. Os indivíduos cooperam ou lutam para atingirem seus objetivos, quais sejam: sobrevivência, medo, riqueza e poder, dentre outros. Em princípio a cooperação é a norma, até para lutar, mas é o comportamento violento que via de regra compromete a cooperação levando ao caos - a guerra.

Mas a guerra está intimamente ligada à natureza humana segundo cientistas e estudiosos que concluem sobre a natureza da vontade de ir à guerra não só no que se refere ao

comportamento de um indivíduo como de uma sociedade. Keegan faz reflexões a respeito de alguns povos primitivos e suas guerras, como os ianomâmis, os marings, os maoris e os astecas.

2) Os Primórdios da Guerra

Data-se a história no momento em que o homem passou a registrar em algum material as suas preocupações no que concerne a contagem do tempo, das coisas e das relações entre si e no caso das relações mais contundentes – a guerra.

A história da guerra começa com a escrita, mas sua pré-história não pode ser ignorada, notadamente na confecção de artefatos que poderiam ser utilizados tanto para a caça de animais como para o combate.

Nessa aurora da civilização não havia segundo pesquisadores um grande abismo entre o homem e o animal. O homem era bem próximo das feras que viviam em torno dele, detendo todas as faculdades que a civilização embotou, como ação rápida, sentidos aguçados, resistência física e habilidade no uso de artefatos de pedra e ossos rudimentarmente confeccionados, tanto para a caça como para o confronto com outros homens.

Mas é somente no tempo dos sumérios que se tem as primeiras provas seguras da natureza da guerra no início da história escrita e que se pode começar a perceber os traços de uma guerra “civilizada” de grupos organizados entre si, sob a égide das necessidades humanas.

3) Guerra e Civilização

Os sumérios, tal como os astecas, atingiram a civilização dentro das limitações da tecnologia da pedra. Mas não são seus instrumentos – e, de qualquer forma, eles se tornaram metalúrgicos muito cedo - mas seus poderes de organização que serviram de base para sua atividade guerreira.

As civilizações hidráulicas que se fizeram às margens dos grandes rios tiveram que garantir seus excedentes e estoques de grãos dos seus inimigos.

Assim como as civilizações da Mesopotâmia e do Egito constituiu seu exército de forma permanente, pedras e paus foram cedendo lugar ao bronze e ao ferro e o uso de animais para o trato da terra como para a guerra.

4) Fortificação

Os aurigas, condutores de carros de guerra, foram os primeiros grandes agressores da história da humanidade. Agressão, por uma reação oposta, se não sempre igual, estimula

a defesa e, assim, antes de apreciar de que forma os aurigas e os povos montados que os sucederam alteraram o mundo no qual as artes civilizadas da paz tinham começado a florescer, deve-se examinar os meios pelos quais os habitantes das terras ricas buscaram se preservar do roubo e da devastação o que tinham conquistado à natureza, construindo muralhas, fossos e torres não simplesmente como um refúgio, mas como uma fortaleza. Uma fortaleza não é um lugar simplesmente de proteção contra um ataque, mas também de defesa ativa, um centro onde os defensores estão protegidos da surpresa ou da superioridade numérica e uma base da qual podem fazer surtidas para manter os predadores à distância e impor controle militar sobre a área de interesse.

Os planejadores das fortalezas sempre buscaram, portanto, negar ao atacante um acesso fácil, se valendo dos três componentes básicos: muralha, fosso e torre, que pouco mudou desde Jericó até o advento da pólvora.

A cultura da construção de fortificações diz respeito a como essas fortalezas podem ser defendidas e servir como componente de uma defesa estratégica se bem alinhada com o conceito de fronteira.

Carne

As fortificações resistiram até certo ponto as investidas dos aurigas com seus carros e cavalos, porém povos indo-europeus, notadamente os montados das estepes foram se estabelecendo nos vales dos grandes rios por volta do segundo milênio antes de Cristo. Como disse Keegan a adoção do carro de guerra e a imposição do poder de seus condutores em todos os centros da civilização eurásiana foram episódios extraordinários. Dependeu de muitos desdobramentos em metalurgia, carpintaria, curtimento e selaria, mas sobretudo na adaptação do cavalo para o uso em combate com carros.

O surgimento da biga como carro de guerra multiplicou a velocidade de progressão no combate que somada a habilidade de guerrear com armas adequadas como o arco composto influenciou sobremaneira a ciência e a arte da guerra.

1) O império assírio e a biga

Segundo Keegan, no auge de seu poderio, por volta do século XVIII a.C., o exército assírio revelava características que serviriam de modelo para exércitos de muitos impérios posteriores; algumas delas chegaram até os nossos dias. Entre elas, destacam-se os arranjos logísticos: depósitos de suprimentos, colunas de transportes, companhias para a construção de pontes.

O exército assírio foi o primeiro realmente de longo alcance, capaz de fazer campanhas distantes até quinhentos quilômetros da base e de avançar numa velocidade que só

seria superada com o advento do motor de combustão.

A primeira batalha de bigas que se tem notícia, a de Megido, no norte da Palestina, travada em 1469 a.C. entre o faraó Tutmés III e uma confederação de inimigos do Egito liderada pelos hicsos, terminou quase que sem derramamento de sangue de ambos os lados.

Em 1294 a.C., quando Ramsés II derrotou um exército hitita em Kadesh, junto ao rio Orontes, no sul da Síria se utilizou também um grande número de bigas, mas o seu uso na forma mais desenvolvida ocorreu no auge do poder imperial da Assíria, no século VIII a.C., quando se aprimorou a construção da biga como também se conseguiu a melhor adaptação do cavalo.

2) O cavalo de guerra

A biga, no apogeu de sua eficácia, foi elevada em importância por um dos seus elementos constitutivos: o cavalo.

A doma, a capacidade de carga e o manejo do cavalo proporcionaram às civilizações que empregaram esse animal a capacidade de transporte, a tração e o seu uso para a guerra, observando-se a busca pela melhoria do plantel de equinos tanto em quantidade como em qualidade.

Enfim, o cavalo de guerra deu maior capacidade de movimentação às operações militares, notadamente na metade do segundo milênio antes de Cristo, com as incursões dos povos montados das estepes. Esses povos montados das estepes continuariam a ser uma ameaça sempre presente para as civilizações da Europa, do Oriente Médio e da Ásia.

Exércitos alimentados com excedentes agrícolas e limitados em alcance de manobra pelo ritmo e resistência da marcha a pé simplesmente não podiam empreender campanhas amplas de conquistas.

Os povos montados diferentemente podiam aumentar o raio de ação de suas forças com a revolução da cavalaria que aliado à cultura da vida nas estepes transformaram a conduta da guerra, fazendo dela “uma coisa em si mesma”.

Pode-se então, segundo Keegan, falar em militarismo, mesmo que abaixo do “horizonte militar”, um aspecto das sociedades no qual a mera capacidade de guerrear, rápida e lucrativamente, se tornou um motivo em si mesmo para fazê-la.

Assim se deu com os hunos, os mongóis, os árabes, os mamelucos e os cossacos, evidenciando um modo de conduzir a guerra nos moldes do estilo cultural dos povos montados das estepes.

Ferro

Keegan afirmou que a Pedra, o Bronze e o Cavalo – os principais meios utilizados na

guerra, em uma época em que os Estados estavam se constituindo e sendo invadidos por povos vindos de suas fronteiras – os bárbaros – eram, por sua natureza, recursos limitados e diferentes entre si.

Necessitaria o homem de um material mais “estável” para atacar e defender – o ferro supriu essa necessidade introduzindo a “revolução da Idade do Ferro”, pois se constituía em material que podia dar uma vantagem estratégica a quem o possuísse.

Não somente para a feitura de armas, mas para a confecção de utensílios para a agricultura, transportes e a própria indústria no seu estágio mais rudimentar.

O primeiro ferro fundido foi quase certamente monopolizado por volta de 1400 a.C., mas não chegou a ser usado em larga escala. O desenvolvimento de técnicas de forjar e a capacitação de ferreiros tiveram efeitos militares variados, equipando os exércitos de impérios como o assírio e, posteriormente, os gregos, com suas falanges com lanças e escudos.

A suprida pelo ferro consegue se impor ao Império Persa, selando os destinos da história ocidental, em batalhas sucessivas como Plateia, a batalha naval de Micalé, Maratona e Salamina e com a Guerra do Peloponeso, culminando com a vitória de Esparta sobre Atenas, esgotando o sistema das cidades-estados.

Na sequência tem-se o avanço da Macedônia, primeiramente com Felipe e depois com Alexandre o Grande, iniciando o processo de helenização do Oriente Próximo e Médio sob os auspícios do ferro.

Os conceitos Gregos foram expandidos por Roma que, segundo Keegan, foi a matriz dos exércitos modernos com a Legião como protótipo do Regimento.

A Europa depois de Roma foi, pode-se dizer, um continente sem armas, mas o cavalo ganhou novo significado com a sela e o estribo no século VIII, uma combinação de couro e ferro, impulsionando os francos de Carlos Magno, com o advento da cavalaria pesada, dando relevo à ação de choque. Combateu a presença do islã na Europa (Poitiers e as portas de Viena), das estepes (Magiares) e da Escandinávia (Vikings) estes tendo aprimorado o uso de embarcações (mobilidade naval).

Pode-se analisar as conclusões de Keegan sobre a revolução do ferro, em que o seu uso pelos gregos e romanos, bem como na Idade Média era um “negócio horrível” e sangrento, tornado pior por sua recorrência e pela coragem sanguinária.

Apesar da independência cívica dos gregos, do amor à cidadania pelos romanos e dos ideais de cavalaria da Idade Média certo primitivismo se ocultava.

A chegada da pólvora vai fazer uma revolução cultural na condução da guerra, transformando o ferro num material importante, mas acessório.

Fogo

O fogo encanta o homem, diferenciando-o das demais criaturas – o fogo o atrai.

As tochas e archotes espantaram as feras, as fogueiras cozeram alimentos, o fez reunir em torno dela para deliberações, o fogo afastou o medo da escuridão, mas subjugou outros homens. O fogo é para o homem, portanto, quase divino e é uma arma muito antiga.

Os babilônios já o utilizavam em campanha sob a forma de nafta. Abraão iludiu seus inimigos amarrando tochas em bodes e cabras. O “fogo grego” era usado pelo exército do Império Bizantino enquanto os chineses descobriam a pólvora do século XI.

Ao se dar uma aplicação prática para a pólvora, notadamente no sentido militar iniciou-se a revolução do fogo na condução da guerra. O surgimento dos primeiros artefatos de lançamento de objetos por intermédio da pólvora gira por volta do início do século XIV. Os primeiros canhões foram utilizados nos sítios às fortalezas (fogo x pedra), constatando-se o uso desses vetores na tomada de Constantinopla pelos turcos otomanos em 1453, findando a Idade Média.

Os franceses, ao atrelarem os canhões a carroças, deram mobilidade ao fogo em 1494. Valendo-se das plataformas navais formou uma combinação perfeita pois um navio podia sustentar seu peso e recuo, bem como armazenar uma boa quantidade de munição, fazendo a primeira projeção de poder sobre a terra vinda do mar.

O domínio otomano do Mar Mediterrâneo foi confrontado com sucesso na batalha de Lepanto, em 1572.

As frotas artilhadas com canhões contribuíram para a expansão marítima e comercial europeia com Portugal, primeiro Estado Nacional centralizado, como pioneiro.

As fortificações (Pedra), tiveram que se amoldar a nova arma, redesenhando a defesa das fortalezas sob a forma de bastiões angulados (traça italiana).

O fogo do canhão passou a ser individualizado com o arcabuz e o mosquete a nova artilharia ficou capilarizada nas mãos de combatentes individuais capazes de lançar projeteis a curta e média distâncias. O arco, a espada e a lança tiveram que dividir o espaço com o mosquete na Guerra dos Trinta Anos (1618-1648).

O emprego do combatente a pé, a cavalo, a bordo de navios, nas fortalezas e com artilharia passou a ser estudado e academias militares como a de João de Nassau, introduzindo a didática no combate.

O fogo contribuiu para a Revolução Comercial empreendida pelos portugueses, espanhóis, holandeses, franceses e ingleses, subjugando o Oriente ao Ocidente, acompanhando os ideais das Revoluções Francesa e Americana.

O fogo otimizado pelas Primeira e Segunda Revoluções Industriais impactou as Guerras

Balcânicas de 1912-1913, determinando recuo do Império Otomano, colaborando para criar o ambiente geopolítico que antecedeu a Primeira Guerra Mundial (1914-1918) e na Guerra Civil Americana (1861-1864).

No Armagedom da Grande Guerra – Pedra, Carne, Ferro e Fogo, foram otimizados pelo avanço da Era Industrial, levando esses elementos mais longe no mar, na terra e no ar, interligando-os com o telégrafo, o rádio, as estradas de ferro, estendendo as linhas de comunicações e suprimentos, impulsionados pelo motor a combustão e o petróleo, culminando no fogo aterrorizador da Era Nuclear.

Conclusão

Keegan faz uma abordagem da forma de condução das guerras, apoiada na história cultural das sociedades desde os períodos pré-históricos, Idade Antiga, Média, Moderna e Contemporânea.

Questiona porque o homem faz a guerra e coloca a cultura como a grande determinante de como os seres se comportam, afirmando que a guerra é quase tão antiga quanto o homem, atingindo os lugares mais profundos do coração humano.

Polemizou Clausewitz sobre a interpretação comum de que a guerra é continuação da política por outros meios, dizendo que o que está realmente escrito é “continuação das relações políticas com a entremistura de outros meios”. Aborda a dicotomia entre o homem portador legal de armas e o pacifista.

Apresentou um relato sobre quatro povos como exemplo; os nativos de Páscoa, os Zulus, os Mamelucos e os Samurais, sobre suas ascensões e declínios como sociedades guerreiras, suas qualidades e defeitos.

Toca as limitações da guerra – permanentes e contingentes e ainda sobre os elementos que conduziram os homens e as sociedades – Pedra, Carne, Ferro e Fogo associado ao modo com evoluiu a condução da guerra.

2. TEORIA DA GUERRA

a. A Natureza e as Características dos Conflitos

Os Estados, muitas vezes, envolvem-se em conflitos com outros Estados, com vistas à conquista e manutenção de Objetivos Nacionais. Em outras oportunidades, o conflito envolve o Estado contra grupos nacionais ou estrangeiros dos mais variados matizes e motivações, que contestam a autoridade do governo e tentam impor seus interesses à maioria pela força.

A solução desses conflitos pode ocorrer por meio da persuasão – forma não violenta,

utilizando processos e técnicas inerentes aos meios diplomáticos, jurídicos e políticos – ou por meio da coerção – forma violenta, utilizando a capacidade de coagir do Poder Nacional e abrangendo desde o emprego dos meios diplomáticos até a guerra declarada.

Clausewitz assim define a guerra: "nada mais é que um duelo em grande escala ... um ato de violência que visa a compelir o adversário a submeter-se à nossa vontade". Preconiza o uso ilimitado da força física, impiedosamente, sem se preocupar com o derramamento de sangue considerado e não excluindo de modo algum a colaboração da inteligência, para atingir o objetivo final da guerra em si, desarmar o inimigo, submetendo-o à nossa vontade e destruí-lo. Entretanto, subordina a guerra ao objetivo político, já que é seu motivo original e, sendo assim, determina tanto a finalidade da força militar quanto ao esforço a ser realizado, explicando-se o porquê de haver guerras de todo o tipo e de vários graus de intensidade, desde a guerra de extermínio ao mero emprego de um exército como observador.

Para Clausewitz a guerra não é meramente um ato político, mas também um autêntico instrumento político, uma continuação de negociações políticas, a realização destas por outros meios. Define ainda, de forma muito clara, o quanto a natureza da guerra influencia seus meios e fins: "o poder militar deve ser eliminado, vale dizer, reduzido a tal estado que não possa haver prosseguimento da guerra. Este é o sentido que desejamos ser entendido daqui por diante, sempre que usarmos a expressão "destruição do poder militar do inimigo". O território deve ser conquistado pois além de seus limites uma nova força militar pode ser organizada mesmo quando se teve sucesso com os dois elementos anteriores, ainda assim a guerra, através do sentimento de hostilidade e da ação dos órgãos inimigos, não pode ser considerada como finda, enquanto a vontade do inimigo continuar subsistindo".

As teorias de Clausewitz sobre a guerra, que caracterizam a guerra total, foram colocadas em prática a partir da Guerra de Secessão americana e ao longo do século XX, resultando na criação de armas de destruição em massa de potencial cada vez maior e de maior abrangência, culminando com o bombardeio atômico ao Japão no final da Segunda Guerra Mundial. Determinou também a pragmática estratégia de tomada do poder definida pelo Movimento Comunista Internacional, segundo a qual os fins justificavam os meios, produzindo quase cem milhões de mortos ao longo do século XX, em nome de uma revolução mundial.

Quincy Wright afirma que a guerra é um problema que pode ser atribuído a quatro tipos de mudanças: a redução das distâncias no mundo; a aceleração da História; o progresso nas invenções bélicas; e o advento da democracia, definindo-a como um conflito simultâneo de forças armadas, de sentimentos populares, de dogmas jurídicos, de culturas

nacionais.

Finalmente, recorremos ao Gen Obino Lacerda, que faz uma análise cuidadosa de várias definições para concluir: "notamos que o fenômeno se realiza entre grupos organizados e que possui um caráter de violência capaz de atingir a selvageria. Em continuação, verifica-se que ela se destina a forçar um dos adversários a submeter-se à vontade de seu oposto. Também se conclui que ela é submetida a métodos e processos que lhe dão organicidade ou estrutura própria, como fenômeno coletivo; que ela tem limites temporais, com um desencadeamento oportuno, que caracteriza o início do estado de guerra e com um término, submetido a regras jurídicas, definido pelos tratados de paz. Finalmente se constata que a guerra, envolvendo dois grupos opostos, não limita a participação dos indivíduos e dos Estados, se realiza com simultaneidade, englobando as forças armadas, os sentimentos populares, os dogmas jurídicos e as próprias culturas".

Maquiavel maximiza a importância do poder militar como instrumento de garantia do poder político e aconselha aos governantes: "deve, pois, um príncipe não ter outro objetivo nem outro pensamento, nem tomar qualquer outra coisa por fazer, senão a guerra e a sua organização e disciplina, pois que é essa a única arte que compete a quem comanda. E é ela de tanta virtude, que não só mantém aqueles que nasceram príncipes, como também muitas vezes faz os homens de condição privada subirem àquele posto; ao contrário, vê-se que, quando os príncipes pensam mais nas delicadezas do que nas armas, perdem o seu Estado".

Maquiavel, considerando a realidade de sua época, ao contrário do que se evidencia no pensamento de Clausewitz, subordina a política à guerra. Posicionamento típico das antigas civilizações, de Estados militarizados, de Estados sob constante condição de beligerância ou de regimes totalitários típicos do século XX.

Portanto, o conceito de guerra, e ela em si, é mutável. Conforme Alvin e Heidi Toffler (War and Anti-war, 1993), "quando surge novo tipo de economia, com todas as circunstâncias concomitantes, sociais e culturais, muda também a natureza da guerra". Assim, a revolução agrária de 10 mil anos atrás, que lançou a Primeira Onda de transformações econômicas e sociais da história humana, introduziu a guerra da Primeira Onda.

A guerra da Primeira Onda foi caracterizada por ataques "hit-and-run", com ações visando a resultados específicos, seguidos de recuo rápido - pequenos ataques - e violência cara-a-cara, o confronto direto. Os camponeses, tipicamente, não lutavam por uma nação, mas por um líder militar supremo que os remunerava, geralmente, apenas com alimentação. Os soldados travavam a maioria dos combates no inverno, quando não eram necessários na lavoura. As campanhas eram de curta duração. A organização era imprecisa, nivelada, com características de rede. A coesão das unidades era sólida, com

membros da família frequentemente lutando lado a lado. A comunicação entre si era principalmente por contato pessoal. Os homens lutavam pela "honra" de macho, para mostrar coragem. A guerra era pessoal. Mesmo quando compartilhavam uma religião ou ideologia fanática, muitas unidades militares eram subornáveis e podiam mudar de lado. A história apresenta numerosas exceções ao padrão genérico, mas essa foi de fato, por milhares de anos, a forma predominante de guerra em todo o mundo.

A revolução industrial, segunda grande onda de mudanças sociais e econômicas da história, trouxe consigo uma forma de guerra totalmente nova: a guerra da Segunda Onda. A era da máquina criou a metralhadora. A produção em massa tornou possível a destruição em massa. O recrutamento criou exércitos massificados. A tecnologia padronizou o armamento. Soldados e oficiais receberam treinamento. A organização tornou-se burocrática. O controle passou a ser feito de alto a baixo, por graduações sucessivas de oficiais. Os sistemas de armas ficaram cada vez maiores e mais letais - porta-aviões, formações blindadas, frotas de bombardeiros, mísseis nucleares.

Depois de sua derrota no Vietnã, contudo, as forças militares dos EUA, paralelamente à economia, afastam-se da fabricação em massa, começam a desenvolver a nova forma de guerra da Terceira Onda, que se afastou das antigas concepções industriais sobre a guerra em massa. Tanto a economia quanto as forças militares necessitaram de uma vasta infra-estrutura eletrônica.

A guerra da Terceira Onda, depende menos da ocupação territorial e mais da "supremacia da informação". Esta supremacia pode significar importar e destruir o sistema de comando e controle do inimigo ou seus equipamentos de radar e vigilância. Mas requer também conhecermos mais sobre o adversário do que ele sabe sobre nós. Significa privá-lo de "olhos e ouvidos" - tecnológicos e humanos - e significa supri-lo de informações que enganem seus planejadores e modelem suas suposições estratégicas, para tirar proveito dos erros deles.

Significa também, dar mais destaque à "guerra de nichos" - operações especiais, aviões-robôs, armas inteligentes, miras de precisão, forças de reação rápida e "coalizações profundas" que vão além de um conjunto de nações, incluindo corporações, organizações religiosas, organizações não-governamentais e outros parceiros, visíveis ou encobertos.

“Acima de tudo, a guerra da Terceira Onda, exige uma profunda reestruturação dos serviços de inteligência, distanciando-se do destaque dado pela Segunda Onda ao caráter de massas” (Alvin e Heidi Toffler em "A Guerra da Terceira Onda", O Estado de São Paulo, Internacional, A 20 de 14 OUT 2001).

Como se observa, modifica-se o conceito de guerra conforme evoluem os Estados e suas instituições. Assim, se, por um lado, o predominante pensamento liberal e a disseminação

da democracia no mundo, no início do século XXI, subordinam a guerra aos interesses políticos, pressionados estes pela força da opinião pública, pela força da mídia e de órgãos não-governamentais, em oposição, a subordinação da guerra à religião mesclada aos interesses políticos, já verificado em outras épocas, renasce sob forma muito perigosa, aliando-se a regimes teocráticos, sob a égide do fundamentalismo islâmico, para promover a jihad, a guerra santa islâmica.

b. Fundamentos da Arte da Guerra

Doutrina Militar: São as maneiras pelas quais uma força militar é organizada, equipada, instruída, empregada e desenvolvidas suas forças morais da guerra. (o porquê lutar ou instruir-se. Ou, a convicção na justiça da causa pela qual se luta). Uma Doutrina Militar se desenvolve em cinco campos:

Ciência da Guerra

Organização

Equipamento

Instrução e preparo para a Guerra

Desenvolvimento das Forças Morais

c. Princípios de Guerra

Princípios de Guerra são normas básicas de procedimento, consagradas pela experiência, que visam ao sucesso na condução da guerra.

Eles devem ser simples e baseados no bom senso. Não obstante, sua aplicação tem se revelado uma das artes mais difíceis. Em cada operação, o comandante tem que decidir quais os princípios que vai privilegiar, em detrimento de outros.

Embora não sejam regras fixas a serem aplicadas rigidamente, é estudando e meditando sobre eles que os chefes militares encontram inspiração para conceber a manobra e conduzir as operações.

A forma com que são apresentados e a interpretação que se lhes dá têm variado ao longo dos tempos e, também, em função de fatores culturais e do tipo das experiências das idiossincrasias próprias de cada força.

Princípio do Objetivo

Dirija cada operação militar para um objetivo claramente definido, decisivo e atingível. Este princípio é fundamental para o sucesso das operações. Sem um objetivo claramente

definido e sem a subordinação das ações à sua conquista, os demais princípios tornam-se sem sentido.

Princípio da Ofensiva

Obtenha mantenha e explore a iniciativa das ações. O uso continuado de posturas ofensivas frente ao inimigo permite: tirar vantagem de suas falhas; retê-lo na defensiva, negando-lhe a ofensiva; negar-lhe liberdade de ação; e abater seu moral.

Princípio da Manobra

Coloque o inimigo numa posição desvantajosa, pela aplicação flexível do poder de combate. A finalidade da manobra é dispor os meios de tal maneira que coloque o inimigo em desvantagem relativa e, assim, atingir os resultados que, de outra forma, seriam mais custosos em homens e material. O sucesso da manobra exige flexibilidade de organização, apoio logístico adequado, e comando e controle eficientes.

Princípio da Massa

Emasse um poder de combate esmagador no momento e local decisivos. Os meios devem ser concentrados para que se possa obter superioridade decisiva sobre o inimigo, no momento e local mais favoráveis às ações que se tem em vista. Consegue-se essa superioridade pelo aumento da qualidade, da quantidade e da eficiência dos meios empregados.

Princípio da Economia de Forças

Empregue todo o poder de combate disponível, da maneira mais eficaz possível; destine o mínimo indispensável de poder de combate a ações secundárias. Consegue-se a economia de forças com distribuição e uso judicioso e balanceado de meios, evitando-se a dispersão, ou o desgaste de segmentos destes em ações secundárias, economizando-os para, no momento oportuno, concentrá-los contra o inimigo.

Princípio da Unidade de Comando

Para cada objetivo, certifique-se de obter unidade de comando e unidade de esforços. A unidade de comando é caracterizada, primordialmente, pela atribuição da autoridade a uma só pessoa, ou seja, a pessoa do Comandante. Além disso, uma eficiente Unidade de Comando requer: cadeia de comando bem definida, com precisa e nítida divisão de responsabilidade; sistema de comunicações adequado ao exercício do comando, quaisquer que sejam as circunstâncias.

Princípio da Segurança

Nunca permita que o inimigo obtenha uma vantagem inesperada. A Segurança tem por finalidade negar ao inimigo o uso da surpresa, impedir-lhe que interfira, de modo decisivo, em nossas operações e restringir-lhe a liberdade de ação nos ataques a pontos sensíveis de nosso território ou às nossas forças. É indispensável a obtenção de informações oportunas e precisas sobre o inimigo. É fundamental a existência de doutrina e mentalidade de contra-informação, estabelecidas desde o tempo de paz.

Obs: a segurança também é obtida pelo dispositivo adotado nas operações e pelo emprego de uma reserva de valor compatível com as forças em operações.

Princípio da Surpresa

Atinja o inimigo num tempo, local ou maneira para os quais ele esteja despreparado. Com a surpresa procura-se infligir ao inimigo o máximo de danos, com um mínimo de perdas para as próprias forças. A surpresa absoluta não é necessária. É suficiente a surpresa relativa, isto é, que o inimigo só perceba a situação tarde demais para uma reação eficiente. A obtenção da surpresa depende de: originalidade, audácia nas ações, velocidade de execução, sigilo e dissimulação de intenções.

Princípio da Simplicidade

Prepare planos claros e descomplicados e ordens concisas para garantir seu completo entendimento.

3. HISTÓRIA MILITAR E ESTRATÉGIA

- Estratégia Militar

Estratégia, no sentido restrito do termo, se refere ao estudo do emprego dos meios de força, particularmente militares, para alcançar objetivos do Estado. Os conceitos e cientificidade do estudo de estratégia não devem descuidar do espaço-tempo, da perspectiva histórica e geográfica em que as instituições, fatos e acontecimentos se inserem.

Sua origem na Grécia Antiga deve-se aos estrategos, onde os chefes militares procuravam dispor seus exércitos no terreno a fim de derrotar o inimigo. Aos poucos os ensinamentos colhidos começaram a servir de ensinamento aos chefes militares, surgindo diversas definições de autores que variam de Sun Tzu a Raymond Aron, passando por Clausewitz,

Jomini, Liddell Hart etc.

Ainda sobre a Antiguidade, cabe ser citado Flávio Renato Vegécio, cuja obra, embora abarque muito mais aspectos sobre formação, treinamento e emprego de tropas, traz conceitos sobre estratégia que influenciam até hoje o pensamento militar ocidental, como por exemplo a aplicação da Dissuasão, exemplificada pela sua célebre frase, “se queres a paz, preparara-te para a guerra.”

A interdisciplinaridade abrangendo diversas ciências sociais e exatas e a dinâmica política abrangem os campos do conhecimento que tangenciam a estratégia. Os estudos sobre estratégia buscam entender, analisar e explicar o conhecimento sobre os conflitos, formulando teorias estabelecendo um sistema lógico que reflitam a dinâmica entre os conflitos e a sociedades nas que eles têm lugar.

Neste aspecto, a subordinação política da força é a pedra fundamental do entendimento ocidental do que sejam a legitimidade e os limites do emprego da força.

No estudo de Estratégia, a História Militar é percebida, relatada e usada por meio de ferramentas qualitativas e quantitativas, permitindo extrair dos eventos históricos informações e percepções que instruem o processo analítico e ampliem a gama de conhecimentos disponíveis para a análise e compreensão do fenômeno bélico. Isto permite, neste enquadramento de conhecimento científico, se aproximar das obras que fundamentam o entendimento ocidental sobre a guerra, orientando a percepção de seu conteúdo e dos seus autores.

Com a ampliação do envolvimento do Estado na guerra, envolvendo variadas expressões do poder nacional, as conceituações de estratégia passaram a contemplar aspectos mais amplos, como exemplifica a definição de Maquiavel da “aplicação do poder do Estado para atingir os objetivos definidos, os propósitos do Estado”. Com as variações aparecidas ao redor do tempo, entretanto, se observam as vertentes de encarar a Estratégia em termos de “pensar a guerra” ou “fazer a guerra”, mas sempre com ênfase na ação do Estado em busca dos seus interesses.

O termo estratégia como o conhecemos hoje acaba então sendo um produto do final do século XVIII e início do século XIX, pois antes se utilizava o termo “Arte da Guerra”.

No século XIX, dentre os principais pensadores sobre estratégia encontramos Jomini e Clausewitz, contrastantes em alguns aspectos, mas complementares aos estudiosos modernos da estratégia terrestre.

Na questão da guerra no mar e do poderio naval. O mais influente pensador é o Almirante Alfred Thayer Mahan, da Marinha dos EUA, que trouxe o conceito de “poder marítimo” ao debate político-estratégico, cuja inspiração é ligada à obra de Jomini. Seu contraponto pode ser encontrado em Julian Stafford Corbett, escritor de assuntos navais que buscou

integrar a teoria de Clausewitz ao estudo da guerra no mar.

O uso militar do espaço aéreo pela aviação, ao contrário da experiência milenar da guerra terrestre e naval, teve de basear-se em concepções, esperanças e tendências baseadas em avanços tecnológicos por vezes ainda não viáveis quando do aparecimento das primeiras aeronaves. A experiência da 2ª GM veio trazer bases mais sólidas para o desenvolvimento destes aspectos, com o emprego de conceitos de bombardeios estratégicos, combinação de emprego de blindados e aviação em pontos específicos e emassados e outros. Mesmo antes desse emprego, Giulio Douhet, Oficial de Artilharia italiano, já tratava da questão da superioridade aérea em termos estratégicos em sua obra “O domínio do ar”. A aplicação do contraponto a suas assertivas se mostrou realizável coma defesa aérea britânica.

O emprego combinado de aviação e blindados, elaborado por Guderian na sua 'blitzkrieg' também contrastaria com as observações de Douhet sobre a supremacia da aviação como emprego estratégico.

O estudo dos pensadores estratégicos e seus conceitos é importante para embasar esta percepção de encadeamento de conceitos no espaço geográfico e cronológico.

No seio do domínio militar, a Estratégia também apresenta o duplo aspecto, teórico e prático. Toda prática é conduzida com base em leis, princípios e métodos estabelecidos pela teoria, e o extraído da prática enriquece a teoria, em um ciclo continuado.

Em uma análise cultural, ressalta-se modernamente o aspecto das culturas estratégicas, definidas como “um conjunto de atitudes e crenças preferidas no seio de uma instituição militar, a propósito do objeto político da guerra e do método estratégico e operacional o mais eficaz para atingi-lo.” (COLSON, Bruno). Assim identifica-se que a racionalidade estratégica pode ser diferente segundo as diversas épocas., com influências culturais, geográficas, políticas e historiográficas. Como cada sociedade vê a guerra, por exemplo, e como enxerga a si própria também se torna um fator a ser considerado.

Os limites da abordagem estratégica com base na cultura passam por questões de unidade teórica e diversidade cultural, mas também não deve ser encarada como um fator determinante, mas contribuinte para a formulação de estratégias. Mesmo assim, pode-se perceber uma cultura estratégica diversificada entre países, variando no tempo e no espaço, como por exemplo a chinesa, japonesa, romana, bizantina, norte-americana, russa, francesa, alemã etc.

Os Estudos Estratégicos apresentam-se, dessa maneira, como importante ferramenta para a compreensão da dinâmica social em que se inserem os conflitos, sua relação com a sociedade, Estado e Forças Armadas, e para a formulação de políticas de Defesa

Nacional com bases geo-históricas.

REFERÊNCIAS

- ÁLVARES, Obino Lacerda. **Estudos de Estratégia**. Rio de Janeiro: Bibliex, 1971.
- BONANATE, Luigi. **A Guerra**. São Paulo: Estação Liberdade, 2001.
- BURNS, Edward MacNall, 1897-1972. **História da civilização ocidental**: do homem das cavernas às naves espaciais/Edward MacNall Burns, Robert E. Lerner, Standish Meacham; tradução Donaldson M. Garshagen. - 30. ed. - Rio de Janeiro: Globo, 1989.
- CALMON, Pedro. **História do Brasil**: As Origens Século XVI; A Formação Brasileira Século XVII, Vol II. Rio de Janeiro: José Olímpio Editora, 1959.
- _____, Pedro. **História do Brasil**: Formação Brasileira Século XVII. Vol III. Rio de Janeiro: José Olímpio Editora, 1959.
- CLUTTERBUCK, R. **Guerrilheiros e terroristas**. BIBLIX. Rio de Janeiro, 1977.
- COLEÇÃO GRANDES ACONTECIMENTOS DA HISTÓRIA. **A Primeira Guerra Mundial** – As Origens do Conflito. Nova Sampa Diretriz Editora Ltda. -São Paulo – SP. [2014].
- CORVISIER, André. **A Guerra**. Rio de Janeiro: Bibliex, 1999.
- COUTAU-BÉGARIE, Hervé. **Tratado de Estratégia**. Rio de Janeiro: Escola de Guerra Naval, 2010.
- ESTADO-MAIOR DO EXÉRCITO. **História do Exército Brasileiro**. Volume 1. IBGE. Brasília, 1972.
- FARIA, D. (Org). **Introdução à História Militar Brasileira**. AMAN. Resende, 2015.
- FRANKIN, David. **Paz e Guerra no Oriente Médio**; a queda do Império Otomano e a criação do Oriente Médio moderno/ David Fronkin; tradução Teresa Dias Carneiro, - Rio de Janeiro: Contraponto. Biblioteca do Exército. 2011.
- FULLER, J. F. C. **A Conduta da Guerra**. Rio de Janeiro: Bibliex, 2002.
- HOBSBAWM, J. Eric. **A era dos impérios**; tradução Sieni Maria Campos e Yolanda Steidel de Toledo; revisão técnica. Maria Celia Paoli – Rio de Janeiro; Paz e Terra, 1988.
- JOHNSON, Rob et al. **Para Ganhar a Guerra**. Rio de Janeiro: Zahar, 2010.
- JOMINI, Antoine Henri. **A Arte da Guerra**. Rio de Janeiro: Bibliex, 1949.
- JORDAN, David. **História da Segunda Guerra Mundial** – A maior e mais importante guerra de todos os tempos. M. Books do Brasil Editora Ltda. São Paulo. 2011.
- KEEGAN, John. **Uma História da Guerra**. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.
- _____. **A Batalha e a História**. Rio de Janeiro: Bibliex, 2006.
- LACERDA, Paulo Henrique Barbosa; SAVIAN, Elonir José. **Manual Escolar de História Militar Geral**/ Paulo Henrique Barbosa Lacerda; Elonir José Savian. -3. Ed. Resende:

AMAN, 2011.

LEONARD, Rogers Ashley. **Clausewitz**: trechos de sua obra. Rio de Janeiro: Bibliex, 1988.

MAGNOLI, Demétrio. **História das Guerras**, organizador. 3. ed. São Paulo: Contexto, 2006.

MAQUIAVEL, Nicolau. **O Príncipe**. Rio de Janeiro: Bibliex, 1998.

_____. **Da Arte da Guerra**: Teoria Geral da Estratégia. São Paulo: Madras, 2003.

MASSON, Philippe. **A Segunda Guerra Mundial** / Philippe Masson; tradução Ângela M. S. Correia. - São Paulo: Contexto, 2010.

MAXIMIANO, C. **Barbudos, sujos e fatigados**. São Paulo: Grua, 2010.

MCNEILL, William H. **Em Busca do Poder**. Rio de Janeiro: Bibliex, 2014.

MELLO, Evaldo Cabral de (ORG.). **O Brasil holandês (1630 – 1654)**: seleção, introdução e notas de Evaldo Cabral de Mello. São Paulo: Penguin Classics. Editora Schwarcz, 2010.

_____, Evaldo Cabral de. **A educação pela guerra**: Leituras cruzadas de história colonial, 1ª ed. - São Paulo: Penguin Classics Companhia das Letras, 2014.

OVERY, Richard. **As Grandes Guerras Mundiais** / Richard Overy; [tradução, Thaís Costa]. - São Paulo; Folha de São Paulo, 2014. 20 V.

PARET, Peter (org). **Os Construtores da Estratégia Moderna**. Tomo I. Rio de Janeiro: Bibliex, 2001.

[Revista Brasileira de Política Internacional](#). Rev. bras. polít. int.vol. 47no. 1BrasíliaJan./June2004 Virgílio Caixeta Arraes

SAVIAN, E.; LACERDA, P. **Manual Escolar de História Militar**. AMAN. Resende, 2011.

SHEFFIELD, Garry. **As origens da Primeira Guerra**/ Gary Sheffield; [tradução Rosimarie Ziegelmaier] – São PAULO; Folha de São Paulo, 2014. 8V.

SMITH, Rupert. **A Utilidade da Força**: A Arte da Guerra no Mundo Moderno. Lisboa (Port): Edições 70, 2008.

SOUNDHAUS, Lawrence. **A Primeira Guerra Mundial** / Lawrence Soundhaus; tradutor Roberto Cataldo. -São Paulo: Contexto, 2013.

STRACHAN, Hew. **Sobre a Guerra de Clausewitz**. Rio de Janeiro: Zahar, 2008.

VISACRO, A. **Guerra irregular**. Ed. Contexto. São Paulo, 2009.

VISENTINI, Paulo Fagundes. **A primeira Guerra Mundial e o declínio da Europa** / Paulo Fagundes Visentini. -Rio de Janeiro, RJ: Alta Books, 2014.

WEIGLEY, Russel F. **Novas Dimensões da História Militar**. Tomos I e II. Rio de Janeiro: Bibliex, 1981.